



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 104

Maio / Junho 2021

Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

**“NOVA” PAC MANTÉM PRIVILÉGIOS DO AGRO-NEGÓCIO:
É MÁ PARA A AGRICULTURA FAMILIAR,
PARA OS CIDADÃOS E PARA O PAÍS**



CADERNO TÉCNICO:
Os mercados, a produção e os Agricultores

Co-financiado por:



SUMÁRIO

EDITORIAL

- PAC: de reforma em reforma mantêm-se os privilégios
do grande agro-negócio 3

DESTAQUE

- Mais de mil Agricultores em luta por uma PAC
mais justa e solidária 4-6

NOTÍCIAS

- Esta PAC despreza a Agricultura Familiar e leva
milhares de Agricultores à ruína 7-8

CADERNO TÉCNICO

- Os mercados, a produção e os Agricultores 9-24

NOTÍCIAS

- ADACB reclama mais apoios às vítimas
dos temporais 25
- Viticultores exigem medidas urgentes a começar
por eleições para a Casa do Douro 25
- BALADI organiza Encontro Nacional de
Agrupamentos de Baldios 26
- MARP e MDM realizam sessão de sensibilização
para a igualdade de género e violência 26
- CNA ouvida na AR sobre desperdício alimentar
e impactos da pandemia 27
- Medida de apoio aos custos com a electricidade deve
ser concretizada com a maior brevidade possível 28

INTERNACIONAL

- Direitos Palestinianos são Direitos Humanos 29
- Dirigente da CNA representa a LVC em iniciativa da
Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 29
- Reunião entre CNA e SOC-SAT para abordar PAC e
Direitos dos Camponeses e trabalhadores rurais 30
- Desafios para o futuro da produção de Azeite 30
- CNA participa no Grupo de Diálogo Civil do Vinho 30

OPINIÃO

- A terra – Por Joaquim Manuel Lopes 31



**A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina**



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

FICHA TÉCNICA

Propriedade e Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura
NIF: 500817812

Morada / Sede da Redacção

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Rue de la Sablonière 18 – 1000 BRUXELAS
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Directora

Adélia Vilas Boas

Coordenadora Executiva

Bárbara Duarte

Fotos

Arquivo da CNA

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Por José Miguel, Pedro Santos e Rita Paiva

Periodicidade

Bimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo na ERC

123631

Composição, Paginação e Impressão

Digipress, Lda.

Sede do impressor

R. da Fábrica 260, 4585-013 Baltar - Paredes

*Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores*

Estatuto Editorial

Disponível em: <http://www.cna.pt>

PAC: de reforma em reforma mantêm-se os privilégios do grande agro-negócio

Como já vem sendo habitual, os acordos alcançados no âmbito das reformas da Política Agrícola Comum (PAC) são anunciados ou com pompa ou com palavras demagógicas de vitória... mas a vitória não é certamente para a Agricultura Familiar ou para benefício dos cidadãos e do País.

Enquanto o Ministério da Agricultura cumpriu com regozijo o anseio de concluir o acordo durante a Presidência



Portuguesa da União Europeia, como quem marca uma cruz no calendário, ficaram por cumprir as necessárias reformas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, que alimenta a população numa base de proximidade e sustentabilidade.

Com esta velha PAC disfarçada de roupa nova – e até pintada de verde – a necessidade básica da alimentação passa a estar cada vez mais dependente das grandes corporações e do agro-negócio internacional que assenta no objectivo de obtenção do lucro máximo. Sem a regulação dos mercados e da produção, acentua-se a liberalização dos mercados, caem a pique os preços na produção e os Agricultores transformam-se em meros produtores de matérias-primas a preços baixos.

Os alimentos correm mundo passando de mão em mão entre os vários “agentes” do agro-negócio que os fazem circular enquanto tiram a sua fatia de lucro, deixando migalhas para os Agricultores. Pelo caminho caem “que nem tordos” milhares de explorações agrícolas em Portugal e na Europa... com iguais danos colaterais entre os camponeses do resto do mundo.

Com esta PAC subjugada ao comércio internacional e sob o chapéu da Organização Mundial do Comércio, as consequências são devastadoras não só na vida dos Agricultores familiares, mas também na qualidade da alimentação das populações, no território e no ambiente.

Foi contra esta PAC, e por outras e melhores políticas públicas, que a CNA e Filiadas se manifestaram em Lisboa, com o apoio da Coordenadora Europeia Via Campesina, e com Agricultoras e Agricultores de Norte a Sul do País e vindos também de Espanha e de França. Enquanto organizações camponesas não nos podemos calar!

Com o espaço de debate monopolizado pelo grande agro-negócio – que vai fazendo lobby para manter o status quo e os seus privilégios – continuaremos intervenientes na proposta e na luta, na rua e no espaço público, exigindo dos Governantes que dentro da margem de manobra nacional da PAC, e fora dela, defendam o interesse nacional e promovam, de facto, a Agricultura Familiar, o desenvolvimento rural e uma alimentação saudável, sustentável e de qualidade para a população.

Mais de mil Agricultores em luta por uma PAC mais justa e solidária – Em defesa da Agricultura Familiar e do Mundo Rural



A CNA, com as suas Filiadas e com mais de mil Agricultoras e Agricultores, estiveram em Lisboa, a 14 de Junho, a lutar por uma Política Agrícola Comum (PAC) mais justa e solidária, que defenda a Agricultura Familiar e um Mundo Rural vivo!

Nesta grande iniciativa de proposta e reclamação, contamos com o apoio da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC) e com a participação de muitas Agricultoras e Agricultores das suas organizações membro do Estado espanhol, COAG (Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos), SLG (Sindicato Labrego Galego), EHNE Bizkaia e SOC-SAT (Sindicato de Obreros del Campo - Sindicato Andaluz de Trabajadores), e de França, Confédération Paysanne.

Os milhares de pequenos e médios Agricultores da Agricultura Familiar têm um papel fundamental no aumento da produção, na qualidade e saúde alimentares, na coesão económica, social e territorial e na preservação do ambiente. Porém, ao invés

de ser valorizada, a Agricultura Familiar tem sido fortemente penalizada pela PAC e por muitas más opções políticas nacionais de sucessivos Governos.

Em resultado de uma PAC voltada para a Agricultura altamente industrializada, assente na super-intensificação, na exploração de mão de obra quase escrava, na sobre-utilização de pesticidas, ou seja, no agro-negócio dos grandes grupos económicos e de fundos de investimento, que concentra recursos e apoios públicos, desde a entrada na União Europeia (UE), foram eliminadas em Portugal cerca de 400 mil explorações agrícolas, sobretudo pequenas e médias. Em toda a UE, só entre 2013 e 2016, foram eliminadas 2 milhões de explorações familiares.

Actualmente, 52% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) da UE é controlada por apenas 3% dos Agricultores – ou proprietários de terras – e as cinco maiores indústrias agro-alimentares controlam 52% de todo o mercado.

Outra das grandes injustiças da PAC prende-se com a extrema injustiça na distribuição dos dinheiros públicos por países/regiões: em Portugal 7% de grandes Agricultores recebem cerca de 70% das ajudas.

Por isso, os Agricultores foram a Lisboa dizer não a esta PAC, por ocasião de uma

reunião informal dos ministros da Agricultura da UE, realizada no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Uma delegação das organizações presentes foi recebida pela Ministra da Agricultura, a quem entregou uma Declaração conjunta e um documento com as Principais Reclamações Nacionais da CNA.

Vida digna para quem produz e ajudas mais bem distribuídas

Todos nós, Agricultores e Cidadãos, e o Planeta onde vivemos, beneficiaremos com outras e melhores políticas que apoiem a Agricultura Familiar, com muitas e diversificadas pequenas e médias explorações agrícolas e com muitos milhares de Agricultoras e Agricultores a trabalhar e a viver, com dignidade, no Mundo Rural.

Apesar de esta “nova” PAC resultar num mau acordo para a Agricultura Familiar, para a pequena e média Agricultura, para a Produção Nacional e para a Soberania Alimentar do País, a CNA e Filiadas, com a Coordenadora Europeia Via Campesina e com as suas organizações membro, lutarão sempre por uma PAC mais justa e solidária!

Concretização do Estatuto da Agricultura Familiar

Desde a sua consagração em Lei, a CNA defende a concretização plena, e sem mais demoras, do Estatuto da Agricultura Familiar, como forma de dar cumprimento à Declaração dos Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais, aprovada pela ONU em 2018.

Esta foi uma das reclamações que os Agricultores levaram a Lisboa: a desburocratização dos processos de acesso ao Estatuto, o alargamento dos benefícios que o Estatuto concede, medidas específicas nos apoios da PAC e a criação de estruturas no Ministério da Agricultura dedicadas ao apoio aos detentores do Estatuto.

Nova PAC é negativa para a Agricultura Familiar, para a pequena e média Agricultura e para a Soberania Alimentar do País

Apesar da contestação das organizações camponesas, e não só, o acordo sobre a reforma da PAC foi alcançado em finais de Junho, com a “nova” PAC a insistir no caminho de favorecimento dos mesmos de sempre. Ficam por fazer as reformas necessárias para travar o desaparecimento de explorações agrícolas ou para inverter a degradação do rendimento dos Agricultores, da qualidade da alimentação, do ambiente e a desertificação humana do Mundo Rural.

Ao recusar adoptar mecanismos de regulação dos mercados e da produção e ao insistir na liberalização total dos mercados, a “nova” PAC continua a política de preços baixos à produção, o que leva à insustentabilidade económica das pequenas e médias explorações.

No que diz respeito à protecção do ambiente e do clima, é necessário valorizar os modelos de produção e comercialização, baseados na Agricultura Familiar, nos mercados de proximidade, na aposta na Dieta



Mediterrânica, nos sistemas policulturais e respeitadores do bem-estar animal. Assim, a CNA receia que a criação de pagamentos ecológicos e outros mecanismos semelhantes – numa tentativa de “pintar a PAC de verde” – crie mais assimetrias ao permitir que as grandes e muito grandes explorações, que pouco têm de sustentáveis, recebam ainda mais dinheiro.

Para a CNA, a prioridade da Presidência Portuguesa, e em particular do Ministério da Agricultura e do Governo, deveria ser a defesa do interesse da Produção Nacional, da pequena e média Agricultura e dos muitos milhares de Agricultores familiares do País, pilar estruturante da sustentabilidade económica, social e ambiental do modelo produtivo.

Relembramos que já no período de Transição o Governo português deu mais um

sinal do caminho que quer continuar a percorrer e foi o único a avançar para a Convergência a 100% (pagamento uniforme por ha nas ajudas directas), opção que irá prejudicar principalmente as pequenas e médias explorações do Norte do País e o sector da pecuária. Recorde-se que, de acordo com dados do Gabinete de Planeamento, Políticas

e Administração Geral (GPP), caso esta opção se mantenha, em 2022 um diminuto número de explorações com mais de 1000 ha vai passar a receber a mais 9 milhões de euros anuais.

A CNA reclama que o Ministério da Agricultura inverta o caminho traçado e aproveite a margem de manobra que tem na definição do Plano Estratégico para aplicação da PAC Portugal (PEPAC) para valorizar a Agricultura Familiar e as pequenas e médias explorações.

A CNA, com as suas Filiadas e sempre com os Agricultores, continuará a apresentar as suas propostas e reclamações no âmbito da definição do PEPAC e no contexto de decisões de políticas públicas com impacto na Agricultura, na Alimentação e no território.

Propostas e reclamações da CNA:

- . Ajudas atribuídas apenas a quem produz
- . Valorização do Regime da Pequena Agricultura para 1 250€ e que estes Agricultores possam aceder aos eco-regimes
- . Valorização do pagamento redistributivo, aplicação de modulação a partir do 60000€ e plafonamento (limite máximo) aos 100000€ de ajudas
- . Apoios ao investimento na Agricultura Familiar, às suas organizações de base e à transferência de conhecimento entre os Agricultores
- . Apoios à floresta de uso múltiplo de espécies autóctones

Em defesa da Produção Nacional e da Soberania Alimentar!

Em defesa dos rendimentos dos Agricultores e do Mundo Rural vivo!

Esta PAC despreza a Agricultura Familiar e leva milhares de Agricultores à ruína

Aos Agricultores não faltam motivos para protestar e fazer ouvir a sua voz e no dia 14 de Junho as vozes de todos os Agricultores e Agricultoras presentes ecoaram em Lisboa, para demonstrar a sua força e as suas reclamações!

Esta grande Manifestação de Agricultores é justificada por vários factores, nomeadamente, a falta de valorização do sector agrícola e pecuário, os preços cada vez mais baixos na produção e em contrapartida os custos dos factores de produção cada vez mais elevados, as culturas constantemente destruídas por animais selvagens e intempéries e cujos proprietários nunca são indemnizados, as culturas superintensivas proliferam em algumas regiões



do país e desaparecem as culturas tradicionais, entre muitos outros motivos.

Estes problemas são comuns em várias regiões, o que demonstra que a situação tem que ser alterada, caso contrário o número de abandono agrícola continuará a aumentar exponencialmente.

Explorações leiteiras fecham devido aos preços baixos na produção

A União de Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro (UABDA) denunciou a continuada situação de preços baixos na produção agrícola, nomeadamente, no sector do leite onde os preços continuam em queda e a níveis médios de há quase 20 anos. Em Março, Portugal registou mesmo o preço mais baixo da União Europeia (29,9 cêntimos/kg), situação que a continuar levará à liquidação das já poucas explorações fami-

liares existentes, num sector importante para a região. Só no último ano, encerraram cerca de 30 explorações leiteiras no distrito de Aveiro e mais poderão encerrar se a situação se mantiver.

Carlos Alves, dirigente da UABDA, refere que “os produtos dos pequenos e médios Agricultores não são valorizados, ao mesmo tempo que sofremos uma avalanche com os produtos que vêm de fora”.

Agricultores não podem mais suportar os custos elevados dos factores de produção

As dificuldades de escoamento agravaram-se durante a pandemia de COVID-19, mas já antes era difícil, com as multinacionais da indústria agro-alimentar e as grandes cadeias de distribuição a promoverem importações desnecessárias, esmagando os preços no produtor, pagando até aos Agricultores abaixo dos custos de produção.

“Os elevados custos dos factores de produção estão a causar grandes dificulda-

des. Os Agricultores são cada vez menos e cada vez estão mais pobres”, refere António Ferrara, dirigente da União dos Agricultores do Distrito de Leiria (UADL), acrescentando que outro problema é a idade dos Agricultores, que estão envelhecidos. “É preciso incentivar os jovens para que não acabe a Agricultura. Se acaba a Agricultura no distrito de Leiria ou no concelho de Pombal é uma desgraça”.

Os dados divulgados pelo Boletim Mensal da Agricultura e Pescas do Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmam o aumento dos custos dos factores de produção.

Em Março de 2021, assistiu-se a um acréscimo de 4,4% no índice de preços de bens e serviços de consumo corrente causado, principalmente, pelos aumentos dos índices de preços dos adubos e correctivos (+16,8%), dos alimentos para animais (+6,1%) e da energia e lubrificantes (+3,8%).

Os mesmos dados apontam que em comparação com o mês anterior, verificou-se um acréscimo de 1,4% no índice de preços de bens e serviços de consumo corrente, tendo as variações mais significativas sido registadas nos adubos e correctivos (+5,8%) e na energia e lubrificantes (+3,7%).

Animais selvagens continuam a não dar tréguas aos Agricultores

Ramiro Rodrigues, vitivicultor de Lamas, Miranda do Corvo, relatou à CNA e à Associação dos Agricultores do Distrito de Coimbra (ADACO) que, à semelhança dos anos anteriores, os animais selvagens como corços e veados continuam a destruir as suas videiras.

No seu terreno de 2 hectares e meio, os prejuízos já ascendem os 2 mil euros, com videiras estragadas que não irão produzir nos próximos 2/3 anos. A situação torna-se

insustentável e os Agricultores não conseguem suportar as despesas sem ajudas por parte do Governo e das entidades competentes e sem as devidas compensações pelos estragos causados às culturas. Na região, e um pouco por todo o País, são também frequentes investidas de javalis nas culturas, provocando grandes estragos e levando mesmo muitos Agricultores a deixarem de produzir.

Marcha lenta em Évora em defesa da Agricultura Familiar



No dia 15 de Maio ocorreu uma marcha lenta, que juntou uma coluna de viaturas vindas de várias regiões do Alentejo, convergindo para Évora, e que teve como objectivo primordial sensibilizar os poderes públicos para a situação originada pelas culturas super-intensivas que têm vindo a alastrar-se pelos campos alentejanos,

pondo em causa a sustentabilidade destes territórios no futuro.

“Queremos preservar as zonas regadas permitindo que muito mais gente se possa fixar e montar explorações. Nova gente e gente nova!” afirma o dirigente da CNA Joaquim Manuel.



Os mercados, a produção e os Agricultores

Por José Miguel Pacheco, Pedro Santos e Rita Paiva

“As condições de escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e florestais a preços justos à produção e os respectivos custos de produção, conjuntamente com a remuneração justa do factor trabalho e as demais condições sociais necessárias aos agricultores, são o garante da continuidade da Agricultura Familiar, das Pequenas e Médias Explorações e dos seus benefícios à comunidade.”

MOÇÃO - Por um escoamento a Preços Justos, para as Pequenas e Médias Explorações Agrícolas, Pecuárias e Florestais. 8.º Congresso da CNA, 15 de Abril de 2018, Coimbra.

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

1. Enquadramento

Os custos dos meios de produção agrícola têm aumentado (genericamente) nos últimos anos, sem o devido acompanhamento dos preços pagos ao produtor, à mercê dos mercados especulativos, globalizados e fortemente liberalizados. Esta situação prejudica o rendimento da família agrícola e agrava a débil situação financeira de milhares de pequenas e médias explorações agrícolas em Portugal.

Neste artigo analisamos a evolução dos preços pagos ao produtor e os custos dos meios de produção nos últimos 15 anos¹. Embora não sejam factores únicos que influem na rentabilidade das explorações, são duas variáveis muito importantes em contextos de Agricultura Familiar.

2. Os mercados agrícolas internacionais, a União Europeia e a Política Agrícola Comum

A geopolítica dos Mercados Agrícolas influencia as tendências dos mercados com efeitos em cascata. A análise da revista CULTIVAR

(2015) apresenta a perspectiva da volatilidade dos Mercados e os efeitos aos longo da cadeia. Uma das constatações é que “...os preços agrícolas apresentaram uma maior volatilidade que os preços na indústria e no consumidor...” e que “...a produção agrícola não conseguiu fazer repercutir nos preços de venda o grande aumento dos custos de produção, o que teve um impacto fortemente negativo sobre as margens dos Agricultores...” (pag. 91). No capítulo “Perspectivas dos mercados agrícolas: factores de crescimento, incertezas e respostas políticas” é relatada a veracidade na oscilação dos preços e a consequência dos mercados agrícolas liberalizados. Deste meados da 1.ª década de 2000, assiste-se à contínua incerteza na evolução dos preços pagos ao produtor e a um acréscimo dos preços das matérias-primas.

A Figura 1 demonstra que a situação mundial pode subitamente mudar. Por exemplo, o pico registado no preço dos fertilizantes em 2009 afecta as perspectivas dos mercados agrícolas.

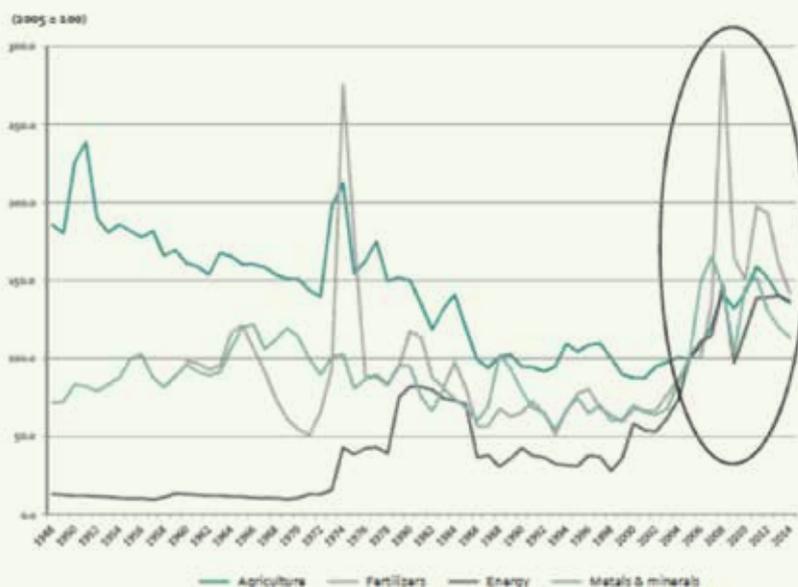


Figura 1 - Índice de preço real anual de commodity. Fonte: Banco Mundial (CULTIVAR 2015).

¹ O período em análise pode variar de acordo com a informação oficial disponível.

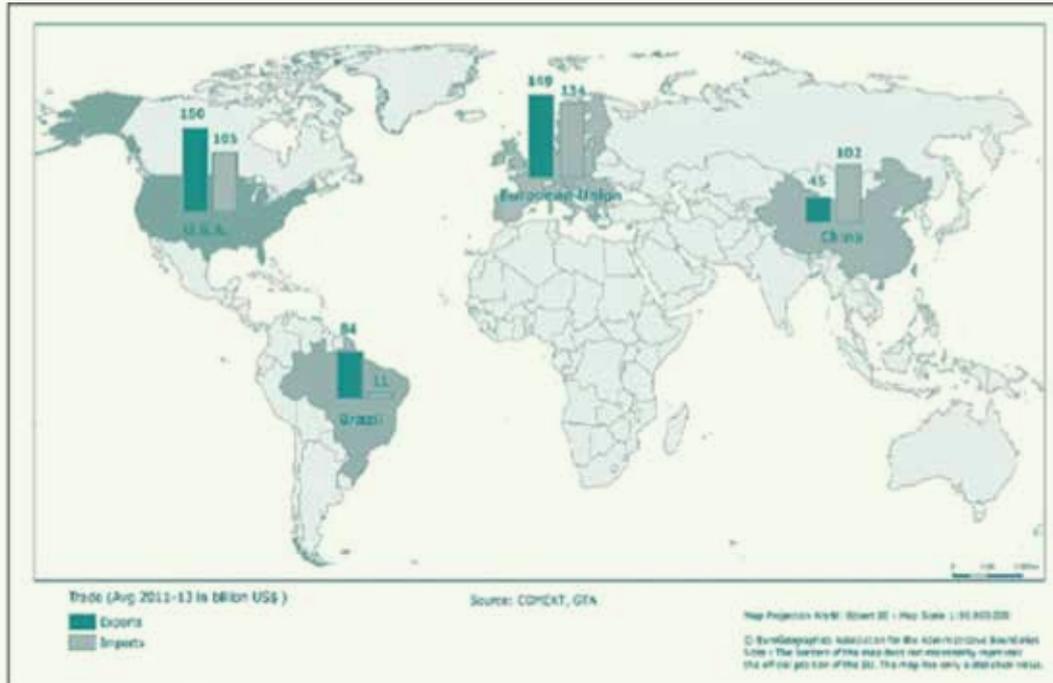


Figura 2 - Padrões de comércio, 2011-2012, em dólares. Fonte: COMEXT, ETA (CULTIVAR 2015).

A Figura 2 mostra a posição média do comércio agrícola dos quatro principais parceiros mundiais: União Europeia (UE), Estados Unidos da América (EUA), China e Brasil. Os dois primeiros estão nivelados nas exportações, mas os EUA têm uma balança comercial alimentar mais equilibrada. Já a China é um forte importador representando as exportações apenas metade desse nível. O Brasil, por outro lado, tem um excedente comercial, com as exportações a representarem quase oito vezes o volume das importações.

2.1. O progressivo desvinculamento da PAC na intervenção do mercado

A Política Agrícola Comum (PAC) mantendo os objectivos (Quadro 1) sofreu transformações significativas desde a sua criação. Se no pós-guerra a missão era garantir o acesso à alimentação para as populações e rendimentos dignos para os agricultores, nos últimos anos foram crescendo as preocupações ambientais e o investimento nas zonas rurais. Hoje, a PAC cobre uma vasta gama de domínios, incluindo a qualidade e

Artigo 39º - Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) - Objectivos específicos da PAC -

1. Incrementar a produtividade agrícola, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;
2. Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola;
3. Estabilizar os mercados;
4. Garantir a segurança dos abastecimentos;
5. Assegurar preços razoáveis aos consumidores.

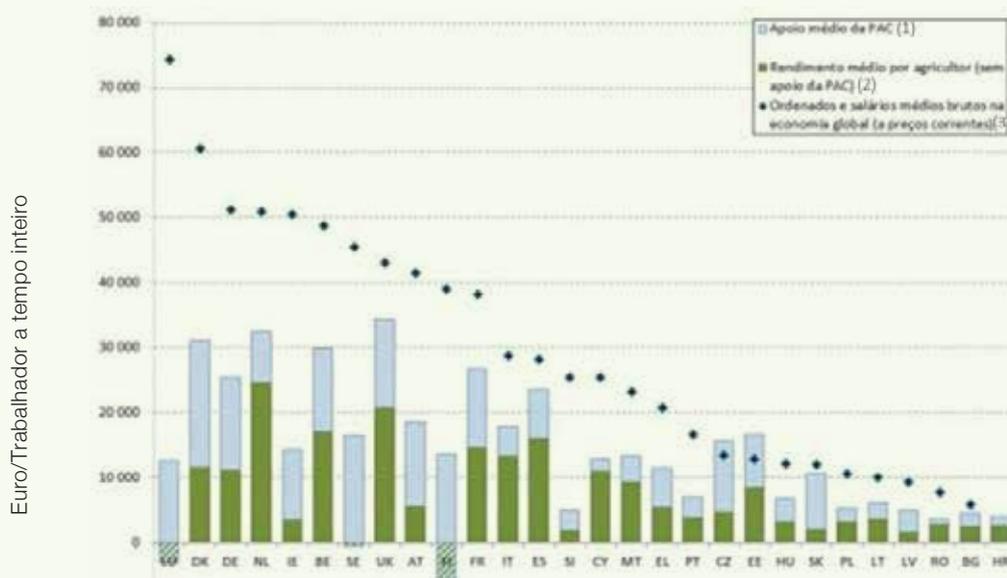


Figura 3 - Rendimentos médios dos agricultores vs. rendimentos médios globais [Fonte: DG AGRI com base em dados da DG AGRI e do Eurostat [2011-2013].

Legenda:

(1) Apoio médio da PAC: Subvenções à exploração por trabalhador (inclui cobertura de um eventual rendimento de mercado negativo).

(2) Rendimento médio por agricultor (sem apoio da PAC): rendimento empresarial por trabalhador – subvenções à exploração.

(3) Ordenados médios e salários brutos na economia global (a preços constantes).

Nota: Áreas com riscas (LU e FI): O apoio da PAC não inclui o apoio ao investimento: o rendimento médio por agricultor sem apoio da PAC foi negativo no período considerado.

a rastreabilidade dos alimentos, o comércio e a promoção dos produtos agrícolas da UE (PE, @2021).

A necessidade de uma PAC forte e justa assenta nas características do sector agrícola já que (apesar da importância da produção alimentar para a sobrevivência da sociedade) (PE, @2021):

- O rendimento dos agricultores da UE é, em média, cerca de 40% inferior ao rendimento das actividades não agrícolas (em Portugal atinge os 50%) - Figura 3;
- A agricultura depende mais das condições meteorológicas e do clima do que outros sectores;
- O desfasamento temporal entre a procura (consumidores) e a capacidade de resposta (agricultores) - leva inevitavelmente o seu tempo.

Hoje, a incerteza económica associada ao

mercado liberalizado e o potencial impacto ambiental da Agricultura (consequência da Revolução “Verde”) justificam o importante papel que o sector público desempenha nesta matéria. A PAC foi evoluindo no sentido de apoiar o rendimento ao agricultor e de reduzidas intervenções nos mercados e nos preços à produção, não reflectindo as reais necessidades deste sector.

2.2. Mecanismos de intervenção dos mercados agrícolas - Organização Comum dos Mercados (OCM)

A Organização Comum dos Mercados Agrícolas (OCM), definida pelo Regulamento (UE) n.º 1308/2013, apresenta a seguinte arquitectura: intervenção no mercado, regras relativas à Comercialização, regras relativas às Organizações de Produtores (OP) e Organizações Interprofissionais (OI), comércio

com Países Terceiros e medidas excepcionais (CE@2021).

A **“intervenção de mercado”** traduz-se na compra e armazenamento de produtos pelos governos dos países da UE ou pelas suas agências até serem vendidos no mercado, com limite à quantidade e com preços fixos ou através de concurso, para evitar que os preços desçam para níveis insustentavelmente baixos. Actualmente, a intervenção pública está reduzida aos sectores dos cereais (trigo-mole, trigo-duro, cevada e milho); do arroz; da carne de bovino; do leite e produtos lácteos, na manteiga e no leite desnatado em pó.

Outro mecanismo de apoio previsto na OCM é o **“armazenamento privado”** que suporta os custos do armazenamento dos produtos, que reduz (temporariamente) o impacto do excedente de oferta no mercado. Os produtos que podem beneficiar de ajuda ao armazenamento privado são o açúcar branco, o azeite, a carne de bovino, a manteiga, queijo e leite em pó desnatado, a carne de suíno, a carne de ovino e caprino e as fibras de cânhamo.

As **medidas excepcionais** são utilizadas em casos de crise ou de ameaça de crise,

nomeadamente em graves desequilíbrios do mercado, perda de confiança dos consumidores na sequência de riscos para a saúde pública ou animal ou para a fitossanidade.

Há ainda os **regimes de ajuda sectoriais**: que tratam questões específicas em determinados mercados agrícolas, nomeadamente no sector das frutas e produtos hortícolas através do apoio às organizações de produtores, na prevenção de crises e de gestão dos riscos de outros sectores. Actualmente, estes regimes abrangem frutas e produtos hortícolas, vinho, azeite, apicultura e lúpulo. Paralelamente existe ainda o acompanhamento do mercado com informações, que complementam as medidas de mercado da UE, compiladas e disponibilizadas através dos **observatórios do mercado** e do **portal de dados agrícolas**.

São estes mecanismos de intervenção da PAC que objectivam o equilíbrio económico-financeiro do sector, no entanto, pela análise dos números de 2019, os instrumentos de regularização do mercado têm uma representatividade financeira muito reduzida, cerca de 4% (2,37 mil milhões de euros) dos valores distribuídos (CE, @2021a).



Apoio ao rendimento	Medidas regulação do mercado	Medidas de desenvolvimento rural
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar pagamentos directos aos agricultores como forma de assegurar a estabilidade dos rendimentos garantindo um rendimento pago com base nos direitos históricos (associado à área). 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer face às consequências da comercialização do sector estar assente num mercado liberalizado – interno e externo, (ex. a quebra súbita da procura devido a uma emergência sanitária ou uma queda dos preços em consequência de uma oferta excessiva no mercado). 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas nacionais e regionais para dar resposta às necessidades e desafios específicos das zonas rurais

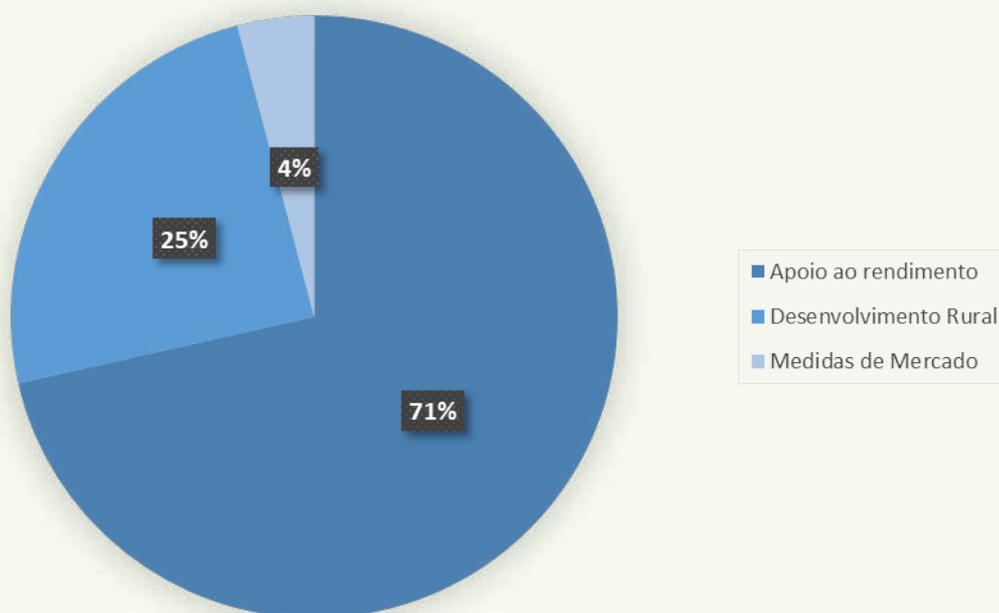


Figura 4 - PAC – Áreas de intervenção e apoio da UE ao sector em 2019 em mil milhões de euros (CE, @2021a)

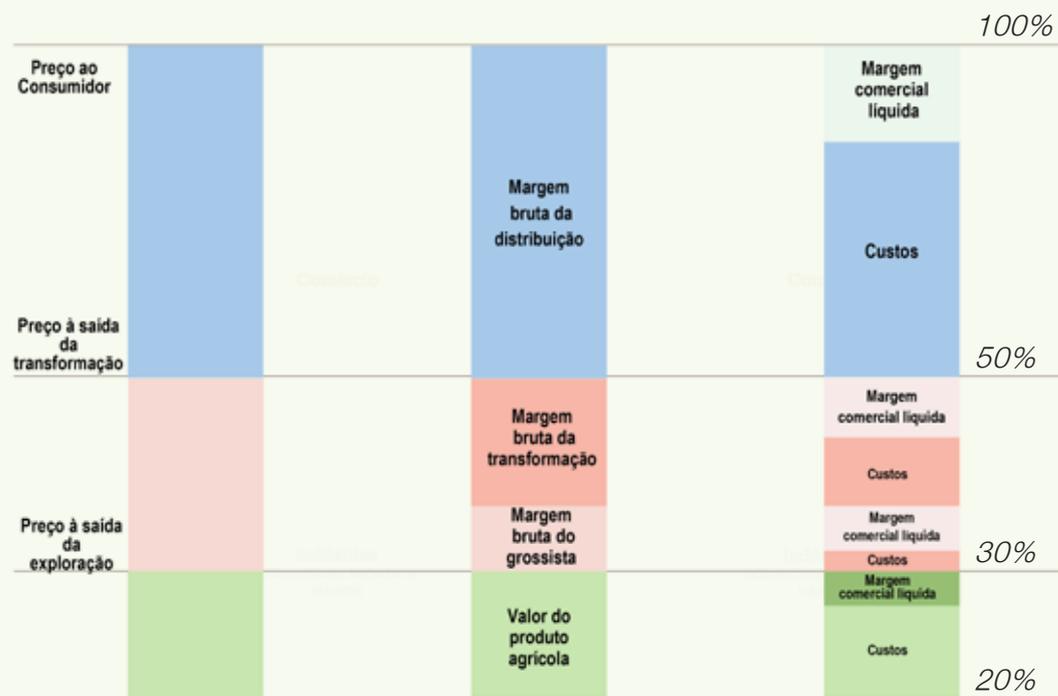
3. Os preços na Agricultura em Portugal

3.1. A distribuição do valor na cadeia longe de ser justa

A cadeia de valor em Portugal ao nível dos produtos agro-alimentares traduz-se nos seguintes valores aproximados (2005 e 2013): de 100€ pagos pelo consumidor, 50€ ficam na distribuição, 30€ na transformação e 20€ no agricultor (pag. 60, CULTIVAR, 2016). Destes últimos, estima-se que 75% são custos de produção, portanto para o produtor e para a sua família apenas

ficam 5€. Como podemos verificar, a cadeia agro-alimentar convencional responde a um modelo de produção agro-alimentar que privilegia o lucro dos intermediários, assente em desequilíbrios económicos, ambientais, territoriais e sociais.

Portanto, este modelo dificulta a proximidade entre o consumidor e o produtor e esta realidade favorece o desconhecimento do produto, do processo produtivo, dos impactos ambientais associados e das condições sociais e económicas dos activos da cadeia de valor (Lopez García, 2012).



3.2. Evolução dos preços ao produtor

De seguida apresenta-se a análise aos preços pagos ao produtor de alguns produtos agrícolas produzidos em Portugal: a carne de porco, a alface frisada, o pepino produzido ao ar livre e em estufa, a cenoura, a laranja, o limão, a cereja, a aveia, o azeite e a amêndoa.

• Carne de porco

A carne é comprada ao produtor à carcaça, sendo que os preços que são apresentados representam o valor pago por quilograma de carcaça (€/kg de carcaça). Os valores variam entre 1,40 € e 1,80 €, sendo que o valor mais alto decorreu em 2013 (>1,80 €), tendo estabilizado ao longo dos últimos 3 anos.



Figura 5 - Preço pago ao produtor - Carne de porco [SIMA-GPP (@2021)].

Alface frisada

O valor pago ao produtor foi sempre na ordem dos centimos, com grandes oscila-

ções desde o preço mínimo de 0,40 € (em 2007) e 0,70 € (em 2005 e 2018) e com tendência decrescente desde 2019.

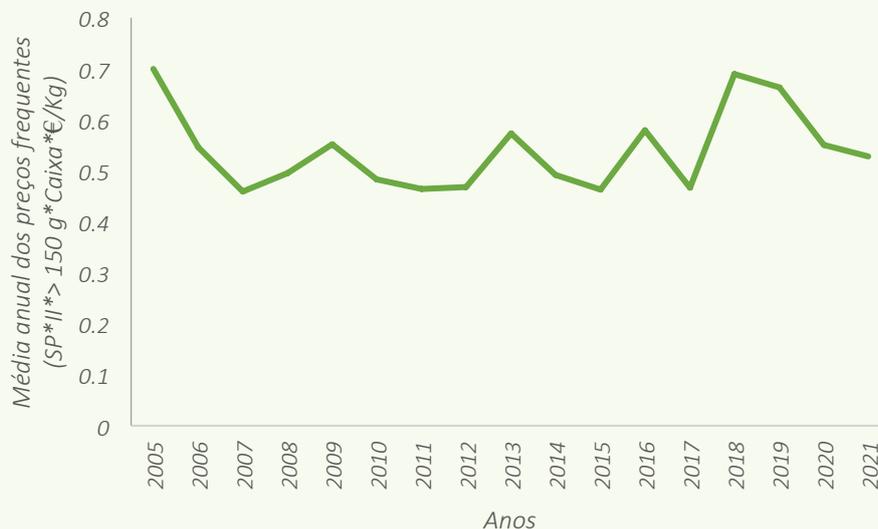


Figura 6 - Preço pago ao produtor – Alface frisada [SIMA-GPP (@2021)].

Pepino

Ar livre

Aquando da realização deste artigo não existem dados de produção de pepino em Portugal produzido ao ar livre, sendo que apenas estão disponíveis dados de 2006 e 2019, e mesmo assim, foram pagos valores comparáveis à produção em estufa. Os valores pagos ao produtor de pepino criado ao ar livre foram de 0,20 €/kg em 2006 e aproximadamente 0,90 €/kg em 2019.

Estufa

Os valores pagos ao produtor ao longo dos últimos anos oscilaram entre 0,30 €/kg e 0,70 €/kg. Desde 2010 que os valores se mantêm estáveis e em crescimento, mas em 2019 sofreram uma queda abrupta, havendo lugar a uma ligeira recuperação de valor de preço pago (cerca de 0,10 €/kg) entre os anos de 2020 e 2021.

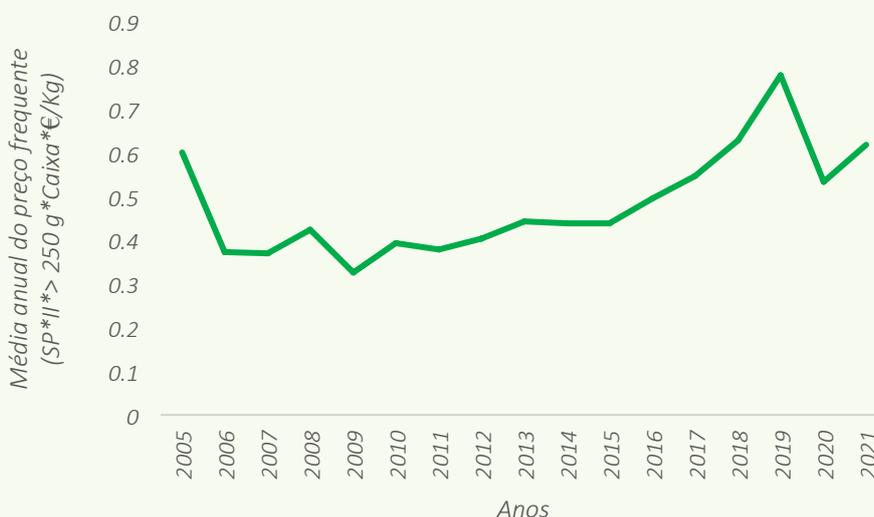


Figura 7 - Preço pago ao produtor – Pepino produzido em estufa [SIMA-GPP (@2021)].

Cenoura

Os valores pagos ao produtor rondam entre os 0,15 € e 0,25 €, sendo que dizem respeito à cenoura que é calibrada (20mm) e vendida em saco.



Figura 8 - Preço pago ao produtor - Cenoura [SIMA-GPP (@2021)]².

Laranja

Esta produção, desde 2005, tem tido bons preços ao produtor, tendo variado desde 0,20 €/kg e actualmente está a ser paga entre os 0,70 €/kg e os 0,80 €/kg, verificando-se uma ligeira queda entre 2020 e 2021.

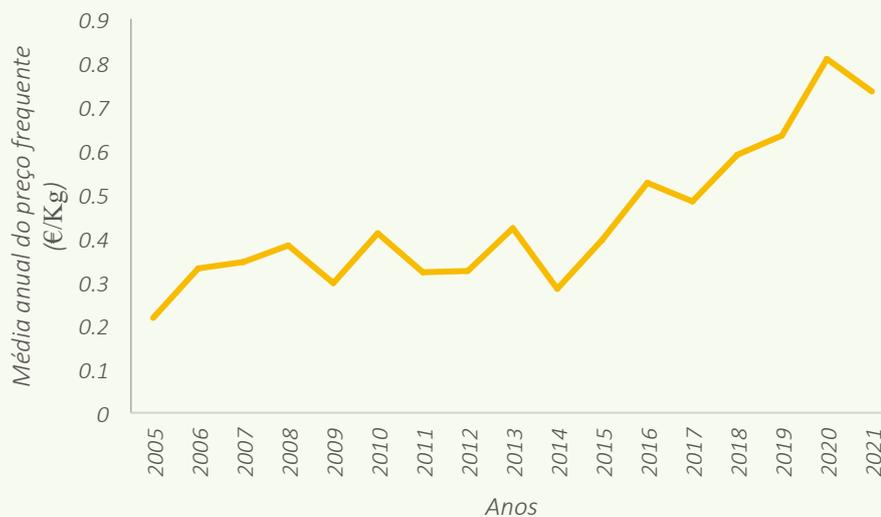


Figura 9 - Preço pago ao produtor - Laranja [SIMA-GPP (@2021)]³.

² Apenas se analisaram dados até 2013 por não estarem disponíveis dados mais recentes.

³ Foi considerado o preço pago a toda a laranja, independentemente do calibre.

Limão

A produção é paga na ordem dos 0,70 €/kg e 2021. A tendência tem sido de aumento desde 2011, quando era pago a 0,30 €/kg.

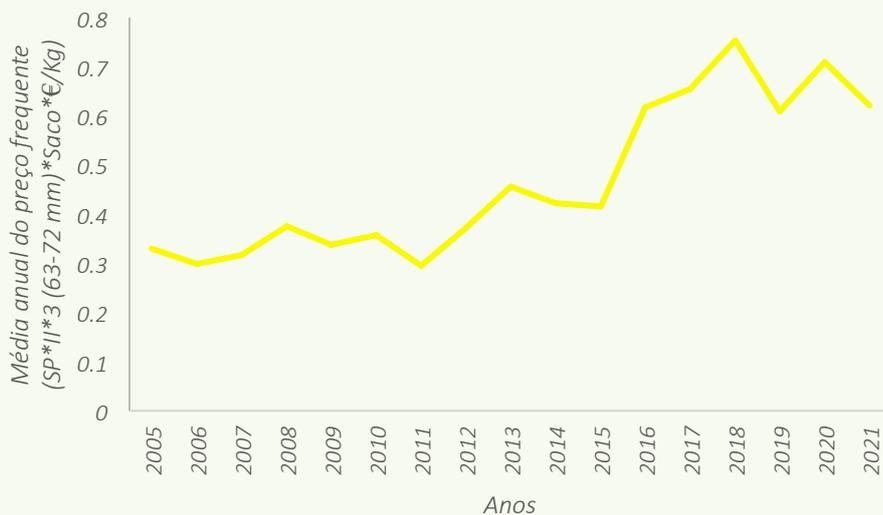


Figura 10 - Preço pago ao produtor - Limão [SIMA-GPP (@2021)].

Cereja

A produção da cereja em Portugal tem ao longo dos anos sofrido grandes oscilações de preços pagos ao produtor, com diferenças de 1,5 € de uns anos para outros (2014/2015, 2019/2020). Novamente verifica-se a tendência de queda dos valores pagos ao produtor nos anos de 2020 e 2021.

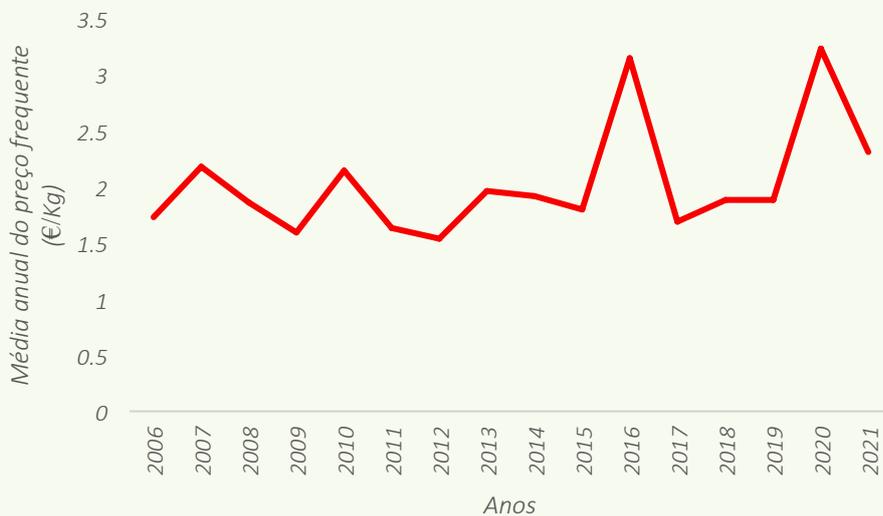


Figura 11 - Preço pago ao produtor – Cereja [SIMA-GPP (@2021)].

Aveia

O valor mais baixo ao longo dos anos foi pago a 100 €/ton, em 2006, e o mais alto de mais de 200 €/ton, em 2012, sendo que

actualmente os valores estão estáveis desde 2019 tendo sido pagos entre os valores de 150 €/ton e 200 €/ton.

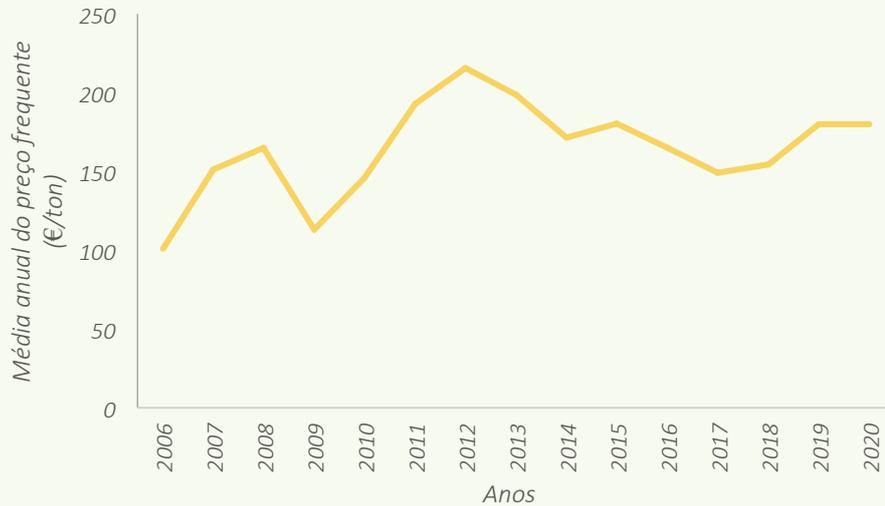


Figura 12 - Preço pago ao produtor – Aveia [SIMA-GPP (@2021)].

Azeite

Relativamente ao azeite, foram analisados os valores do azeite em garrafão de 5 litros e constatou-se que os valores pagos ao pro-

ductor se mantêm entre os 3,5 €/L e os 5 €/L, surgindo um ligeiro aumento de preço pago ao produtor nos anos de 2020 a 2021.



Figura 13 - Preço pago ao produtor – Azeite (garrafão 5L) [SIMA-GPP (@2021)].

Amêndoa

Verifica-se um aumento de preço pago ao produtor muito significativo a partir do ano de 2012, sendo pago a 2 €/kg e, em 2015,

ascendeu a 4 €/kg. No entanto, a tendência tem sido decrescente desde 2015 e neste momento a amêndoa está a ser paga a valores que rondam os 2,5 €/kg.

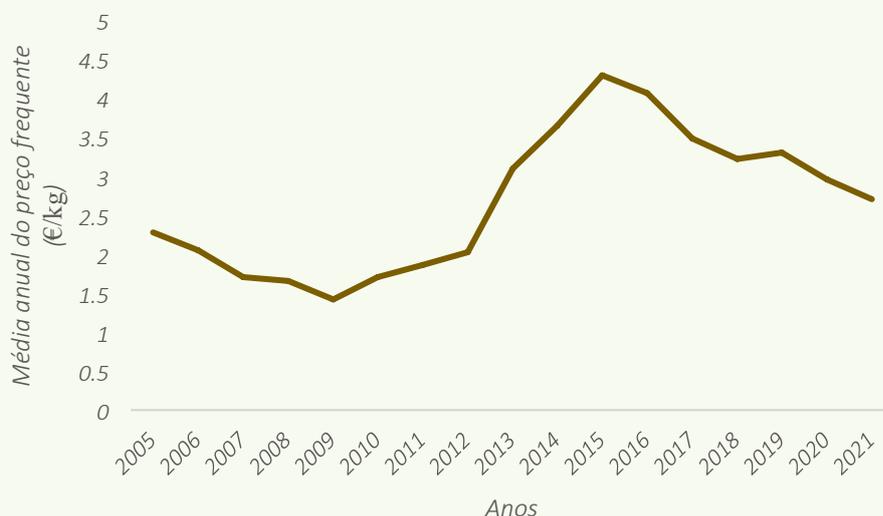


Figura 14 - Preço pago ao produtor - Amêndoa [SIMA-GPP (@2021)]⁴.

3.3. Preço: do produtor ao consumidor

Alface

Existem diferenças de preço ao consumidor entre alfaces produzidas ao ar livre e em estufa, sendo que as primeiras são pagas a preço mais baixo. Além disso, a região onde são produzidas reflecte-se no preço. Por exemplo, as alfaces produzidas na Beira Litoral e no Algarve têm preço mais elevado que as alfaces produzidas na região Entre Douro e Minho.

Quando se compara com o preço praticado pelas grandes cadeias de distribuição e venda, verifica-se que o preço pago ao produtor é muito inferior ao preço pago pelo consumidor. No exemplo da alface

frisa produzida ao ar livre paga a 0,2 €/kg (SIMA-GPP (@2021)) e vendida a 1,49 €/kg⁵, portanto do que o consumidor paga, apenas 13% fica no produtor.

De referir ainda que a origem do produto na grande distribuição é bastante variável, mesmo nos produtos frescos.



Quando se compara com o preço praticado pelas grandes cadeias de distribuição e venda, verifica-se que o preço pago ao produtor é muito inferior ao preço pago pelo consumidor. No exemplo da alface

⁴ Foi considerado o preço pago a toda a amêndoa, independentemente do calibre ou outras características.

Pepino

Segundo o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), só são produzidos pepinos em estufa na região do Algarve, onde são vendidos a melhor preço que nas restantes regiões, como na Beira Litoral, Entre Douro e Minho e Ribatejo. O pepino vendido ao público varia entre 1,49€/kg e 0,99€/kg⁵, sem que se conseguia rastrear a origem. Tendo em conta alguma ausência de informação, pode-se concluir, de forma grosseira, que, sendo o pepino pago a 0,2€/Kg (Pepino*Estufa*SP*II*> 250 g*Caixa*€/Kg) (SIMA-GPP (@2021)), do que o consumidor paga a margem que fica para o agricultor varia entre 13% e 20%.

Cenoura

Constata-se que esta, vendida com a referência de >20mm/Saco/€/kg, com origem na região de Entre Douro e Minho é a que regista o preço ao produtor mais elevado. O preço que o consumidor paga ronda os 0,69€/kg⁵ (Origem - Portugal e Espanha). Tendo em conta alguma ausência de informação, pode-se concluir, de forma grosseira que, sendo a cenoura paga 0,4 €/Kg (> 20

mm*Saco*€/Kg) (SIMA-GPP (@2021)), do que o consumidor paga, a margem que fica para o agricultor ronda os 58%.

3.4. Evolução dos preços dos meios de produção

A análise que se apresenta de seguida retrata a evolução dos preços reais entre 2018 e 2020.

Adubos

Verifica-se na generalidade o aumento de preço dos adubos, mantendo-se os adubos elementares com preço/quilograma mais elevado e os adubos azotados de nitrato de amónio (20,5% N) a registar o maior aumento (+0,11€/kg) no período em análise (Figura 15).

Gasóleo colorido

O mesmo fenómeno ocorre com o preço do gasóleo colorido, isto é, regista-se um aumento entre 2018 e 2019 e em 2020 há um decréscimo de 0,09€/L, claramente consequência do abrandamento das economias, a que não é alheia à crise COVID-19 (Figura 16).

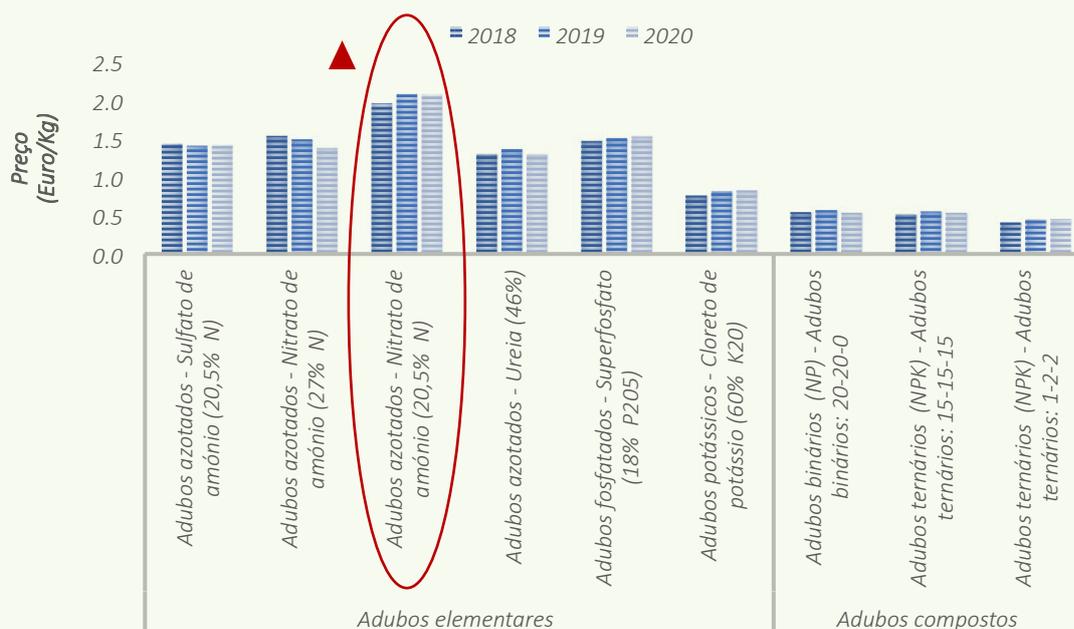


Figura 15 - Preços anuais dos meios de produção na agricultura – Adubos [INE, 2021]

⁵ Preços verificados em Junho de 2021 em grandes superfícies comerciais em Portugal.

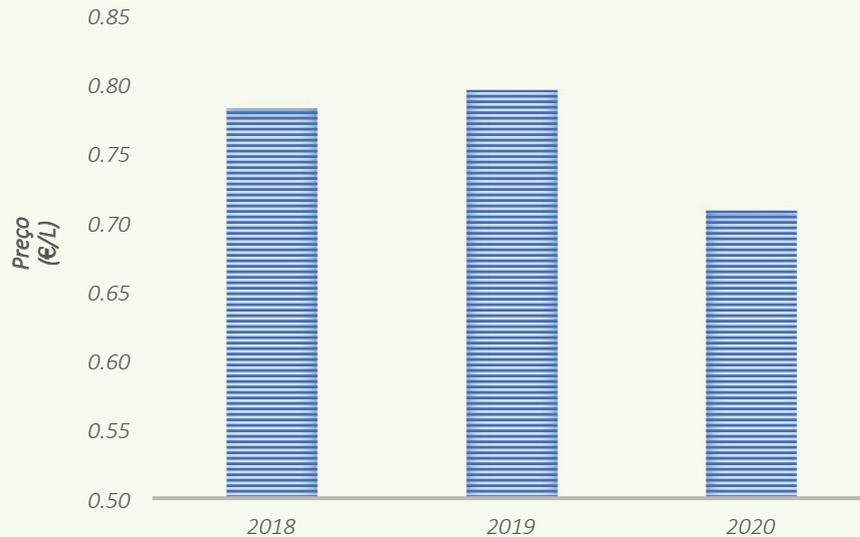


Figura 16 - Preços anuais dos meios de produção na agricultura – Gasóleo Colorido [INE, 2021]

Alimentação animal

Contrariamente, os preços das rações para animais (aves, bovinos e suínos) registaram sempre um aumento do preço por quilograma, com impacto mais significativo nas rações para os bovinos e para os porcos de engorda (+0,009 €/kg) (Figura 17). Esta realidade não está desvinculada da especulação e do respectivo aumento dos preços dos cereais nos mercados bolsistas que têm levado ao aumento que se registou em 2020 e também este ano⁶. Esta situação ligada ao baixo grau de auto-provisionamento nacio-

nal de cereais (ex. milho 25% na campanha 2018/2019) é uma preocupação para a Soberania Alimentar.



Figura 17 - Preços anuais dos meios de produção na agricultura – Alimentos para animais [INE, 2021]

⁶ Aumento do preço das matérias primas coloca pressão na alimentação animal (vidarural.pt)

Nas sementes, plantas, energia e lubrificantes indica o INE que houve uma redução do índice de preço, entre 2018 e 2020 (Base=2015), contudo, com um ligeiro aumento em 2019. Tal evolução pode ser justificada por perturbações relativas à crise pandémica.

Nos restantes meios de produção, como sejam as despesas veterinárias, a manutenção de materiais e edifícios, maquinaria e outros equipamentos ou equipamentos de transporte como os tractores, regista-se sempre, entre 2018 e 2020, um aumento do índice de preços (Base=2015).

4. Efeitos da pandemia COVID-19 nos preços na agricultura

De acordo com o INE (INE, 2021a) constata-se que os impactos negativos da COVID-19 foram mais significativos noutros sectores (serviços de consumo individual e colectivo) do que na agricultura. Como sector primário e basilar para o funcionamento das sociedades, não deixou de produzir, mas teve fortes impactos na comercialização da produção, com a transferência do consumo para o seio das famílias, o encerramento da restauração, a redução do turismo e as dificuldades de colocação da produção no mercado suscitadas pelas medidas restritivas como a proibição da realização de feiras e mercados.

Nos sectores mais prejudicados, como os ovinos e caprinos, o leite não saiu e o queijo ficou nos armazéns, assim como a carne de borrego e cabrito não teve procura. Este foi um sector fortemente afectado já que está



muito dependente das vendas realizadas na altura do ano em que decorreu o primeiro confinamento. Também nos leitões (para assar) a procura teve uma redução drástica, em especial devido ao encerramento do canal HORECA.

4.1. Medidas de Mercado da UE com aplicação em Portugal para mitigação das consequências da pandemia da COVID-19 nos Mercados de Produtos Agrícolas (MA, 2020)

- **Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas (OP F&H)**
 - Adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento no âmbito dos Programas Operacionais Frutas e Hortícolas.
 - Apoio às Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas com dificuldades de escoamento por perda de mercado que, no âmbito dos seus Programas Operacionais, retirem produtos do mercado para os entregar a instituições particulares de solidariedade social e ao Banco Alimentar.
 - Alargamento do universo dos destinos admissíveis para os produtos retirados pelas Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas, de modo que, a par das organizações caritativas, possam também beneficiar da referida acção as instituições penitenciárias, as colónias de férias infantis, os hospitais e os lares de idosos.
 - Alargamento de prazos para apresentação de relatórios relativos ao reconhecimento de Organizações de Produtores (OP) - para 15 de Junho.
- **Armazenamento Privado**
 - Concessão de ajuda à armazenagem privada, a fim de restabelecer o equilíbrio da oferta e procura (leite em pó desnatado; manteiga; queijo; carne de bovino; carnes de ovino e caprino).
- **Apoio à promoção de vinhos em países terceiros - OCM Vitivinícola**
 - Elegibilidade das despesas comprovada-

⁷ Portaria n.º 88-E/2020, de 6 de Abril.

⁸ Despacho n.º 4946-A/2020, de 23 de Abril.

mente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou acções canceladas ou adiadas por razões relacionadas com a COVID-19.

- Não penalização dos projectos que, devido aos impactos negativos decorrentes da COVID-19, não atinjam o orçamento ou a taxa de execução financeira prevista (em operacionalização).
- Atribuição de adiantamentos para liquidação dos pedidos de pagamento, quando aplicável.

Conclusão

A agricultura é um sector essencial na sociedade pois contribui decisivamente para a estabilidade, progresso e desenvolvimento dos Países. A crescente liberalização dos mercados agrícolas põe em causa a viabilidade das explorações agrícolas e a Soberania Alimentar das populações. Ainda reflexo da falta de transparência da cadeia é o facto de apenas serem monitorizados oficialmente os preços até aos mercados abastecedores e não existir uma avaliação permanente dos preços ao consumidor. Os Estados devem poder intervir nos mercados para assegurar o escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e florestais a preços justos à produção; promover, criar e adoptar circuitos curtos e mercados de proximidade; regular a actividade comercial dos hipermercados e grandes superfícies comerciais, assim como controlar as importações para salvaguardar a comercialização da produção nacional.

Bibliografia

- CULTIVAR (2015), Cadernos de Análise e Prospectiva n.º 1, Junho de 2015, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. Disponível na página Oficial do GPP https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Periodicos/Cultivar_1.pdf. Consultado a Maio 2021.
- PE (@2021), “A Política agrícola Comum (PAC) e o Tratado”. Fichas Temáticas sobre a União Europeia. Parlamento Europeu. Albert Massot. Março de 2021. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/103/la-politica-agricola-comun-pac-y-el-tratado>. Consultado a Maio de 2021.
- CE (@2021), “As medidas de mercado - Regras

e medidas que regem e apoiam a comercialização de produtos agrícolas.” Página Oficial da Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/market-measures/market-measures-explained_pt#latest. Consultado em Maio de 2021

CE (@2021a), “Financiamento da PAC”. Página Oficial da Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/cap-glance_pt Consultado em Maio de 2021.

CULTIVAR (2016). Cadernos de Análise e Prospectiva n.º3. Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. Março de 2016.

Lopez García, D. L. (2012). “Tejer agroecología. Las metodologías participativas en la construcción de circuitos cortos de comercialización para la agricultura ecológica” Comunicação no IV Congresso Internacional de Agroecología y Agricultura Ecológica. Universidade de Vigo. 21 a 23 de Junho de 2012.

SIMA-GPP (@2021), Sistema de Informação de Mercados Agrícolas – Mercados de Produção, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, <https://sima.gpp.pt/sima/default/index?tm=8>, Consultado a 21 de Junho de 2021.

INE (2021), Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas Agrícolas : 2020. Lisboa: INE, 2021. Disponível na [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/437147278>](http://www.ine.pt/xurl/pub/437147278). ISSN 0079-4139. ISBN 978-989-25-0572-5

INE (2021a), Instituto Nacional de Estatística - Boletim Mensal da Agricultura e Pescas : maio de 2021. Lisboa : INE, 2021. Disponível na [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/470963631>](http://www.ine.pt/xurl/pub/470963631). ISSN 1647-1040

MA (2020), Plano de Medidas Excepcionais para o Sector Agroalimentar no Quadro da Pandemia COVID-19, 3.ª Versão de 20 de Maio. Ministério da Agricultura https://www.gpp.pt/images/Destaques/Plano_medidas_execioais_MA__vers%C3%A3o_3_20_maio_2020.pdf Consultado em Maio 2021.

Legislação e normativos

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Regulamento (UE) n.º 1308/2013

Portaria n.º 88-E/2020, de 6 de Abril

Despacho n.º 4946-A/2020, de 23 de Abril

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de Março.

ADACB reclama mais apoios às vítimas dos temporais

A Associação de Agricultores de Castelo Branco (ADACB) considera diminuto o apoio criado pelo Governo para fazer face aos prejuízos causados por chuvas intensas e granizo que no início de Abril atingiram explorações agrícolas (nomeadamente pomares cereja, pêssego, damasco e ameixa e vinha) em várias freguesias do Fundão e de Castelo Branco.

Trata-se de uma subvenção não reembolsável fixada até ao montante máximo de

60 euros por hectare de área afectada, para pagamento de despesas realizadas para minimização dos prejuízos como a aquisição de adubos foliares e/ou produtos fitofarmacêuticos, e o montante máximo global do apoio não pode exceder 30 000 euros. A ADACB considera este apoio insuficiente e afirma que é necessário recorrer ao fundo de calamidades para garantir apoios justos às vítimas e a criação de um seguro público adequado à Agricultura regional.

ADACB e Município do Fundão assinam protocolo

A ADACB assinou recentemente um protocolo de colaboração com o Município do Fundão para realização de acções de divulgação e aconselhamento agrícola e florestal e prestação de formação profissional aos Agricultores do concelho.



Viticultores exigem medidas urgentes a começar por eleições para a Casa do Douro

A AVADOURIENSE - Associação dos Viticultores e da Agricultura Familiar Dourriense denuncia a situação de estrangulamento dos pequenos e médios viticultores dourrienses, que se agrava a cada dia que passa, perante problemas crescentes e perante a inoperância do Ministério da Agricultura e do Governo.

A resolução de muitos destes problemas passa pela realização de eleições urgentes para a Casa do Douro. Por isso, a AVADOURIENSE e a CNA exigem o pleno cumprimento da Lei n.º 73/2019 e a concretização do processo eleitoral para a Casa do Douro, como Instituição Pública de inscrição obrigatória, com a devolução dos seus poderes públicos, nomeadamente a regularização de preços no mercado e a comercialização de

excedentes, fundamental para o equilíbrio da Região e para a salvaguarda dos direitos dos pequenos e médios viticultores.

As condições meteorológicas registadas nos últimos anos têm obrigado a maiores tratamentos nas vinhas, agravando exponencialmente os custos de produção que, depois, não são compensados com preços justos à produção. São disso exemplo as fortes quedas de granizo registadas em Maio e Junho, que causaram avultados prejuízos. Perante a situação, a AVADOURIENSE reclama ao Ministério da Agricultura e ao Governo apoios urgentes e justos para os produtores afectados e a criação de um seguro público adequado à Agricultura Familiar.

BALADI organiza Encontro Nacional de Agrupamentos de Baldios

Decorreu em Mondim de Basto, a 19 de Junho, um Encontro de Agrupamentos de Baldios dinamizados pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios, no âmbito do contrato-programa para a constituição e dinamização de Agrupamentos



de Baldios entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Fundo Florestal Permanente (FFP) e BALADI.

Este Encontro teve como objectivo reunir e fazer um balanço dos vários Agrupamentos dinamizados pela BALADI a nível nacional, para que estes possam criar relações e canais de partilha de experiência, e também para apresentar in loco alguns trabalhos desenvolvidos pelos Baldios do Agrupamento de Mondim de Basto nas suas várias vertentes – pastorícia, floresta e economia social.

Para além disso, o Encontro foi marcado por uma visita de campo ao trabalho

realizado pelos Baldios constituintes do Agrupamento de Mondim de Basto e pela inauguração dos painéis informativos para divulgação das áreas comunitárias realizados no âmbito do contrato-programa.

O Secretário de Estado, presente no Encontro, elogiou o trabalho desenvolvido pelos Agrupamentos dinamizados pela BALADI e comprometeu-se a encontrar no Programa de financiamento do PRR, Fundo Ambiental e no Quadro Comunitário 2021/2027 as verbas necessárias para poder dar continuidade ao projecto assim como aumentar o investimento nas áreas comunitárias nomeadamente na sua Floresta.

MARP e MDM realizam sessão de sensibilização para a igualdade de género e violência

No âmbito do projecto “Para Além do Amor” da responsabilidade do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), em colaboração com a Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARF), decorreu uma sessão de sensibilização para Mulheres Agricultoras e rurais, no dia 22 de Maio, em S. Cristóvão, Viseu.

A sessão, apresentada por Sílvia Martins e Laura Tarrafa da MARF e Filomena Pires do MDM, contou com diversas partilhas de experiências e de informações sobre a igualdade de género no Mundo Rural, sensibilizando para as diferentes formas de violência de que as mulheres são muitas vezes vítimas e também pela desvalorização de que são alvo, nomeadamente no trabalho agrícola.

Estabeleceram-se os próximos passos das Mulheres Agricultoras e rurais para, finalmente, verem reconhecido o papel crucial e insubstituível que possuem na economia familiar, regional e nacional. Papel este que deve estar discriminado positivamente no Estatuto da Agricultura Familiar como a MARF e a CNA têm reclamado, nomeadamente através de um Regime de Segurança Social adaptado e que tarda em ser concretizado pelo Governo.

Futuramente, o projecto pretende realizar oficinas de formação, tendo como matriz central o efectivo desenvolvimento sustentável, a igualdade de género e a prevenção e combate à violência exercida sobre as mulheres no concelho de Viseu.

CNA OUVIDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE DESPERDÍCIO ALIMENTAR E IMPACTOS DA PANDEMIA

Circuitos curtos de comercialização podem combater o desperdício

A CNA foi convidada a participar na audição da Assembleia da República, Comissão de Agricultura e Mar, sobre o Desperdício Alimentar, a 7 de Maio de 2021.

Laura Tarrafa, da Direcção da CNA, alertou para este problema grave, em especial numa altura em que a fome cresce, contrariamente aos últimos anos, como afirma a FAO/UN, “...depois de diminuir constantemente por



décadas, a fome crónica começou lentamente a aumentar em 2014 e continua a fazê-lo”.

No sector agrícola, o problema será tanto maior quanto mais longa, injusta e, portanto, insegura for a cadeia de distribuição agro-alimentar na garantia das populações no acesso à alimentação.

No campo, é importante perceber que os desperdícios estão muitas vezes associados à padronização e à normalização dos produtos agrícolas (tamanho, formato, cor), que

acabam por excluir da cadeia de abastecimento toneladas de bons e são produtos, e às dificuldades de escoamento da produção como aconteceu com milhares de litros de leite.

Urge a criação de soluções que permitam o abastecimento de proximidade, como o fornecimento de cantinas públicas, para mudar de rumo e valorizar a produção nacional e com preços justos.

Medidas para minimizar impacto da pandemia na Agricultura são irrealistas e insuficientes

A CNA participou na Audição parlamentar na Comissão eventual para o acompanhamento para a aplicação de medidas de resposta à pandemia da doença de COVID-19 e do processo de recuperação económica e social, no dia 1 de Julho, onde alertou para a escassez de alguns factores de produção e para o facto de as medidas de apoio ao impacto da pandemia no sector serem irrealistas e insuficientes.

Vitor Rodrigues, em representação da CNA, afirmou que quanto a questões contingentes resultantes da pandemia “mantém-se

uma situação, que até se agravou, e tem a ver com o preço dos factores de produção e com a sua escassez, nomeadamente da alimentação para os animais, e o estrangulamento dos canais comerciais”.

Desta forma, torna-se necessário e urgente a adopção de medidas de apoio para mitigar os efeitos da pandemia na Agricultura, nomeadamente, a criação de uma linha de apoio especial para o associativismo agrícola, a reposição da eletricidade verde e uma linha de crédito bonificada de longa duração.

Medida de apoio aos custos com a electricidade deve ser concretizada com a maior brevidade possível

Da mesma forma que a CNA denuncia o que não vai no bom caminho no apoio aos pequenos e médios Agricultores, também valoriza quando as medidas aprovadas contribuem para a melhoria de condições da Agricultura Familiar. Assim, a CNA saúda a aprovação pela Assembleia da República de uma medida de apoio aos custos com a electricidade nas explorações agrícolas e pecuárias e insta o Ministério da Agricultura para que trabalhe no sentido de, no início do próximo ano, tudo estar preparado para a sua efectiva aplicação.

O Governo deve ainda inscrever em sede do Orçamento do Estado para 2022 as verbas necessárias para a real aplicação da medida, para não repetir o desrespeito pela Assembleia da República ocorrido em 2020 na operacionalização de uma medida semelhante à agora aprovada.

De realçar que esta medida não está relacionada com o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF), importante mecanismo que tarda em ser concretizado pelos vários Ministérios envolvidos.

Apesar desse aspecto, a CNA afirma que mesmo não estando relacionada com o EAF, as regras estabelecidas vão no bom sentido, já que a medida beneficia positivamente os Agricultores que mais precisam, que são os de menor dimensão.

Com esta opção contribui-se assim para minimizar um grave problema de concentração de apoios nas explorações de grande dimensão, em que, por exemplo, em Portugal as 201 explorações (representam menos que 0,1% do n.º total de explorações agrícolas registadas pelo INE) que têm mais de 1 000 ha acumulam todos os anos quase 50 milhões de euros só de ajudas directas.



Direitos Palestinos são Direitos Humanos

O mundo observa com profunda consternação as acções violentas e impunes das forças israelitas contra milhares de palestinianos que lutam pela defesa do seu direito à vida, à terra e à Soberania Alimentar. Numa ofensiva mais recente, e que parece não ter fim à vista, dezenas de pessoas foram mortas em Jerusalém e mais de cem vidas foram perdidas em Gaza, entre elas crianças inocentes.

A Via Campesina, o movimento camponês internacional da qual a CNA é membro, que conseguiu a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP), expressa a sua forte solidariedade ao povo palestiniano e exorta as Nações Unidas, convidando todos os que defendem a paz e a justiça, a denunciar a ocupação israelita e exigir o fim imediato dos despejos forçados, demolições de casas e ocupação ilegal do território palestiniano.

Caravana de solidariedade com a Palestina em Coimbra

Face à actual ofensiva do Estado de Israel contra a Palestina e o seu Povo, a CNA não

pôde ficar indiferente e participou no dia 25 de Maio na caravana de solidariedade com a Palestina, em Coimbra.



Dirigente da CNA representa a LVC em iniciativa da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar

O dirigente da CNA Alfredo Campos esteve em representação da Via Campesina (LVC) numa iniciativa da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar: Melhorar os resultados bem-sucedidos para expandir a sua implementação para sistemas agro-alimentares sustentáveis, nos dias 27 e 28 de Maio.

Na sua intervenção relatou que as organizações de Agricultores familiares da LVC salientam que a pandemia destacou a natureza insustentável e inadequada do sistema alimentar global controlado pelas grandes empresas e as desigualdades que reproduz.

Por outro lado, demonstrou mais uma vez que os sistemas alimentares locais e os canais de comercialização de circuitos curtos são mais resistentes e capazes de inovar em tempos de crise, bem como de alimentar as pessoas com alimentos saudáveis sem dependerem das cadeias de abastecimento.

Neste contexto de crise e emergência, a LVC continua a ter como prioridade a realização dos direitos dos camponeses através da promoção da aplicação efectiva da Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais (UNDROP).

Reunião entre CNA e SOC-SAT para abordar PAC e Direitos dos Camponeses e trabalhadores rurais

A CNA reuniu no dia 28 de Maio com o Sindicato de Obreros del Campo - Sindicato Andaluz de Trabajadores (SOC-SAT), com vista a discutir a reforma da PAC no contexto da Presidência Portuguesa da UE e temas de interesse para os Agricultores e trabalhadores rurais.

Na agenda esteve a mobilização do dia 14 de Junho em Lisboa por uma PAC mais justa e solidária em que o SOC-SAT teve uma significativa participação.

Além de questões mais abrangentes relacionadas com a política agrícola, em que ambas organizações convergem sobre a necessidade de defender e promover modelos mais sustentáveis de produção, comercialização e consumo, um dos temas que mereceu destaque foi a situação dos trabalhadores rurais e migrantes.

Tanto pelas notícias que vieram a público

em Portugal, como pelos relatos que há muito chegam das regiões de explorações mais intensivas de Espanha, é hoje claro que tem de haver uma preocupação social nas políticas agrícolas, que protejam os trabalhadores de situações de exploração e quase escravatura. Essa preocupação tem de estar refletida na PAC e noutras políticas públicas nacionais, nomeadamente para dar cumprimento à Declaração dos Direitos dos Camponeses aprovada pelas Nações Unidas.

No início do ano a CNA reuniu também com a Coordenadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG) e com o Sindicato Labrego Galego (SLG) sobre a construção de posicionamentos e acções comuns no âmbito da reforma da PAC, e que resultaram na participação destas organizações na Manifestação de 14 de Junho em Lisboa.

Desafios para o futuro da produção de Azeite

A 4 de Junho, a CNA participou, em representação da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC), na reunião, por videoconferência, promovida pelos serviços da Comissão Europeia, no Grupo de Trabalho Azeitonas integrado no Grupo de Diálogo Civil Horticultura, Azeitonas e Bebidas Espirituosas.

No encontro foram avançadas informações sobre a produção e consumo do azeite, com destaque para a recuperação da produção na última campanha e perspectivas posi-

vas para a próxima. O consumo aumentou em Portugal e no resto do Mundo, ainda assim o azeite representa apenas 1,5% do total de gorduras vegetais consumidas no mundo.

No grupo de trabalho foram lançadas questões para reflexão e trabalho futuro que se prendem precisamente com a valorização dos produtos e a promoção do consumo e com os desafios colocados à produção de azeite e azeitonas devido às alterações climáticas.

CNA participa no Grupo de Diálogo Civil do Vinho

Em representação da ECVC, a CNA participou a 5 de Maio no Grupo de Diálogo Civil do Vinho.

Entre outras matérias, a CNA defendeu a manutenção e o reforço do Regime de Apoio à Reestruturação e Reconversão da Vinha e, no âmbito da Organização Comum de Mercado (Única), reclamou medidas como a Destilação e Armazenagem de Crise, para todos os segmentos, e o con-

trolado severo das Importações de Vinhos e Mostos.



A terra

E se... a terra fosse mesmo o instrumento fundamental de produção de alimentos ao serviço de quem produz e de quem consome? E se deixássemos todos de ter complexos com a posse e o uso da terra?

Porque nuns casos são mesmo complexos, noutros são interesses económico-financeiros, patrimoniais, históricos e ou políticos, que arrastaram durante muitos anos o país para uma situação anómala que foi e é continuar a ter terra abandonada ou indevidamente aproveitada, continuarmos a importar alimentos de diferentes partes do mundo – que aqui podemos e devemos produzir – abandonando uma enorme faixa do interior do país à sua má sorte, para proteger todos os complexos e outros interesses de muito boa gente que na maioria das vezes nada tem que ver com os que mourejam por esses campos fora dia e noite para nos alimentar. Pois bem, a terra é o mais importante instrumento de produção que o homem tem à sua disposição para produzir a sua alimentação. Como tal, deve estar ao serviço do povo português e da sua alimentação bem como ao serviço da estratégia produtiva do país, e não dos interesses dos grandes proprietários ou do grande capital financeiro, cujo objectivo central é explorar os solos até à exaustão e ganhar o mais possível no menor espaço temporal, ou dos interesses políticos que representam os anteriores. E tão lesto que os nossos governantes foram a tentar expropriar, sim e eu escrevo tentar porque acho que isto ainda não acabou, a chamada “terra sem dono”, em nome dos interesses das celulosas, como se fossem os pequenos produtores florestais os responsáveis pelos incêndios e não as grandes empresas do papel que o pagam mal, inviabilizando as pequenas explorações, tal como a grande distribuição é responsável pela dificuldade de escoamento das pequenas explorações. E neste particular que melhor conheço, alerta que não basta permitir legalmente criar novas organizações de produtores sem intervenção político-legislativa mais profunda a montante e a jusante da pequena e média agricultura... bem podem os nossos governantes propagandear medidas de apoio a este tipo de agricultura, mas ela irá continuar adiada sine-dia, sem bazuca que a salve. Identificando alguns dos estrangulamentos sem esgotar ou inviabilizar outras reflexões, e a título de exemplo, deixo algumas reflexões. A montante, um dos grandes problemas é a falta de terra, com qualidade, especialmente a regada, disponível e a preços aceitáveis e logo viáveis para quem quiser aumen-



Por Joaquim Manuel Lopes
Dirigente da CNA

tar as suas explorações ou, mais importante ainda, para quem se queira instalar de novo. Por isso há muito defendo a criação de uma reserva estratégica de solo agrícola, que possa ser colocado ao serviço de gente nova e nova gente usando a figura do contrato de arrendamento de longa duração com o Estado, que deve ser o titular da reserva estratégica, assegurando que a continuidade preferencial dos herdeiros se fará desde que respeitem a estratégia produtiva nacional regressando ao domínio público sempre que haja desistência do seu uso ou uso indevido ou desadequado. Dirão os que nem querem ouvir falar do assunto: e onde vais tu arranjar a terra? Pois bem, pode ser obtida a partir da expropriação e/ou compra de parte de grandes propriedades, bastando lembrar que no caso dos perímetros de rega a valorização da terra sofreu um aumento brutal, enchendo os bolsos a proprietários sem capacidade para a explorar, isto com um investimento público assinalável, sem grandes contrapartidas para a esmagadora maioria do povo português. Não defendo que os proprietários da terra paguem seja o que for pelo benefício da rega, mas sim pôr um limite à dimensão das áreas de exploração directa da terra, especialmente a de regadio. Não basta continuar a encher a boca de povoamento do Interior. Isso só será conseguido por esta via e pela segunda, a jusante, é fundamental para viabilizar as explorações que vierem a nascer nesses territórios: Uma é o apoio ao surgimento de estruturas de consumidores que se organizem em função das necessidades de consumo dos consumidores locais e nas regiões vizinhas. Outra, e não menos importante, é as compras públicas terem como referências principais a origem de proximidade da produção, o contributo para as economias locais, a qualidade dos produtos e, por último, o preço.

Por último um desafio a quem ler estas linhas, e se...? tudo o que produzimos localmente for industrializado em cada uma das regiões, quantos postos de trabalho especializado serão criados?

Pensem nisto em função dos interesses do nosso povo. E certamente o nosso povo nos agradecerá.

Lisboa, 14 de Junho



GRANDE MANIFESTAÇÃO DE AGRICULTORES

